



GT 009. Antropologia da Criança: conjugando direitos e protagonismo social

Fernanda Cruz Rifiotis (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) - Coordenador/a, Clarice Cohn (UFSCar) - Coordenador/a, Emilene Leite de Sousa (UFMA) - Debatedor/a, Antonella Maria Imperatriz Tassinari (Universidade Federal de Santa Catarina) - Debatedor/a

O objetivo do GT é reunir trabalhos que tenham como foco os modos pelos quais as crianças se constroem enquanto sujeitos, a fim de mapear e problematizar os desafios teóricos e metodológicos no campo da Antropologia da Criança. Como forma de dar continuidade aos GTs realizados em outras RBAs, interessa-nos trazer para o primeiro plano das reflexões, o potencial das crianças para revelarem o que nem sempre é objeto de atenção em estudos focados exclusivamente nos adultos. Gostaríamos de receber trabalhos sobre infâncias diferenciadas (crianças urbanas, camponesas, quilombolas, indígenas, de populações tradicionais, em situação de institucionalização, entre outras) que suscitem questões de gênero, raça e direitos específicos. Considerando o tema da 31ª RBA, destacamos a importância de pensar sobre os direitos e a proteção desses sujeitos, assim como também sobre os sujeitos desses direitos e seu protagonismo social. A proposta do GT é congrega pesquisas etnográficas recentes que suscitem discussões teóricas, metodológicas e éticas em diferentes contextos nacionais e internacionais abrangendo: estudos que pensem as experiências de construção das crianças enquanto sujeitos, que empreendam análises das tecnologias de governo voltadas às crianças, que exercitem reflexões metodológicas sobre a pesquisa com crianças e discutam as noções sociais de infância e que coloquem em perspectiva a questão da proteção e dos direitos desses sujeitos e seu protagonismo social.

Aprendizagem de música na perspectiva da criança

Autoria: Juliete Cristina Lobo Rodrigues

A presente pesquisa pretende contribuir com um olhar antropológico para ensino de música nas escolas de educação infantil da cidade de Santarém, buscando identificar o papel da criança para a valorização das aulas de educação artística em que a música está inclusa. Em 2008 foi promulgada a Lei nº 11.769 de 2008, que determina o ensino da arte a partir do contexto sociocultural em que o aluno esteja inserido. Isso implica em que ela precisa ser aplicada não de forma isolada, mas sim levando em conta a realidade vivenciada pela criança. Através de uma análise do cotidiano escolar e da relação da criança com a música tal como é ensinada nas escolas, percebeu-se a importância em desenvolver uma abordagem que leve em conta o protagonismo da criança. Pretendo levar em consideração que a música se faz presente em nosso cotidiano ao longo de nossa vida, seja no meio familiar ou fora dele, e que sua abordagem vai além da formação de músicos e recursos pedagógicos. Essa investigação visa compreender como tem sido as tentativas de aplicação da lei que torna obrigatório o ensino de música a partir de uma premissa que supõe a criança como protagonista de seu próprio aprendizado. Por tanto, acredita-se que o contato com a música possa proporcionar além do bem-estar, interação a partir de experiências desassociadas ao ambiente escolar e que a criança venha manifestar expressões pessoais contrárias a imitações e repetições em suas práticas musicais.

[Trabalho completo](#)



Realização:



Apoio:



Organização:

